

### **Apoios financeiros**

#### **33. Atribuição de apoios financeiros a freguesias.**

Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros:

- a) **União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe**, no valor de 3 100,00€, para apoiar a “Colocação de abrigo de passageiros na Rua Artesão - Real”;
- b) **Junta de Freguesia de Pedralva**, no valor de 3 100,00€, para apoiar a “Colocação de abrigo de passageiros na Rua António Machado”;
- c) **União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves**, no valor de 10 000,00€, para apoiar a “Aquisição de carrinha para apoio dos serviços da União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves”;
- d) **Junta de Freguesia de Sobreposta**, no valor de 4 333,28€, para apoiar o “Arranjo e colocação de árvores no espaço verde e de fitness dos Curros”;
- e) **Junta de Freguesia de Celeirós, Aveleda e Vimieiro**, no valor de 6.736,10€, para apoiar “Reforço De Verba – Requalificação do Edifício da Junta de Freguesia de Aveleda”;
- f) **União de Freguesias de Merelim S. Pedro e Frossos**, no valor de 8.745,25€, aos quais acrescem IVA, para apoiar o fornecimento e instalação de Percurso Pedestre e Eco Via;
- g) **Freguesia de Tadim**, no valor de 3000€, para apoiar a concretização da Feira Franca de S. Bartolomeu.

- h) **União de Freguesias de Merelim (S. Pedro) e Frossos**, no valor de 32 036,17€, para apoiar o “Alargamento do parque infantil do Parque de Lazer de Gerizes – Merelim (S. Pedro)”
- i) **Junta de Freguesia de Sobreposta**, no valor de 84 348,20€, para apoiar a “Construção de muro de suporte na vala da Av. Senhora da Conceição”

Tudo de acordo com a informação constante nos respetivos processos.

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

### **ASSUNTO:** COLOCAÇÃO DE ABRIGO DE PASSAGEIROS NA RUA ARTESÃO - REAL

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **REAL, DUME E SEMELHE** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Colocação de abrigo de passageiros na Rua Artesão - Real** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **3 100,00€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de REAL, DUME E SEMELHE no valor de 3 100,00€ (três mil e cem euros)** de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

**a) Em 2024, um valor de 3 100,00€ (três mil e cem euros)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União de Freguesias de **REAL, DUME E SEMELHE**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **REAL, DUME E SEMELHE**.

Braga, 29 de julho de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

**ASSUNTO:** COLOCAÇÃO DE ABRIGO DE PASSAGEIROS NA RUA ANTÓNIO MACHADO - PEDRALVA

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **PEDRALVA** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Colocação de abrigo de passageiros na Rua António Machado** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **3 100,00€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

#### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de PEDRALVA no valor de 3 100,00€ (três mil e cem euros)** de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) Em 2024, um valor de 3 100,00€ (três mil e cem euros))**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **PEDRALVA**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **PEDRALVA**.

Braga, 07 de agosto de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

## **PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO**

**ASSUNTO:** AQUISIÇÃO DE CARRINHA PARA APOIO DOS SERVIÇOS DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE FERREIROS E GONDIZALVES

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal delibere, no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição de Apoio Financeiro à União de Freguesias de Ferreiros e

Gondizalves, destinado a apoiar a **“Aquisição de carrinha para apoio dos serviços da União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves”**, no valor de **10 000,00€ (dez mil euros)**, de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) **Em 2024, um valor de 10 000,00€ (dez mil euros).**

A ser aprovada esta proposta, após a aquisição da viatura, para a qual será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através a apresentação da respetiva fatura por parte da União de Freguesias de **Ferreiros e Gondizalves**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **Ferreiros e Gondizalves**.

Braga, 13 de agosto de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*



## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

**ASSUNTO:** ARRANJO E COLOCAÇÃO DE ÁRVORES NO ESPAÇO VERDE E DE FITNESS DOS CURROS - SOBREPOSTA

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **SOBREPOSTA** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para o **Arranjo e colocação de árvores no espaço verde e de fitness dos Curros** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **4 333,28€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

#### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de SOBREPOSTA no valor de 4 333,28€ (quatro mil, trezentos e trinta e três euros e vinte e oito cêntimos)** de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) Em 2024, um valor de 4 333,28€ (quatro mil, trezentos e trinta e três euros e vinte e oito cêntimos)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **SOBREPOSTA**

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **SOBREPOSTA**.

Braga, 13 de agosto 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

### Aditamento/Reforço de Verba

**ASSUNTO:** Reforço De Verba – Requalificação do Edifício da Junta de Freguesia de Aveleda

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Câmara Municipal de Braga já concedeu um Apoio Financeiro à Junta de Freguesia de **Celeirós, Aveleda e Vimieiro** no valor de **123.649,00€** para a **Requalificação do Edifício da Junta de Freguesia de Aveleda**;

Considerando que no decorrer do procedimento para a execução da referida obra demonstrou-se a necessidade de haver um Reforço da Verba inicialmente atribuída;

Considerando que a Junta de Freguesia de **Celeirós, Aveleda e Vimieiro** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Reforço de Verba - Requalificação do Edifício da Junta de Freguesia de Aveleda**,

investimento fundamental para salvaguarda dos interesses próprios da população, tendo apresentado o respetivo orçamento;

**Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias procedeu à validação do orçamento, no valor de 6.736,10€, incluído o valor do IVA à taxa legal.**

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, sendo uma mais valia para a população da Freguesia;

**PROPONHO:**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibera no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de Celeirós, Aveleda e Vimieiro no valor de 6.736,10€ (seis mil, setecentos e trinta e seis euros e dez cêntimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2024, um valor até 6.736,10€ (seis mil, setecentos e trinta e seis euros e dez cêntimos);**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **Celeirós, Aveleda e Vimieiro**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **Celeirós, Aveleda e Vimieiro**.

Braga, 14 de Agosto de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

## PROPOSTA

Nos últimos anos, assiste-se, entre a população, a um fenómeno de busca do reequilíbrio da vida humana com a sua condição natural, e, paralelamente a uma maior apetência para a fruição do território, e dessa forma, os percursos pedestres devem ser vistos como uma realidade multidimensional e devem ser criados tendo em conta as potencialidades locais, dando ênfase a aspetos da identidade local, valorizando o património ambiental e natural das freguesias do concelho.

A rede de percursos pedestres do concelho envolve todas as freguesias, num total de 26 percursos definidos em cerca de 280km de extensão, com 194 pontos de interesse patrimonial, 174 pontos de interesse ambiental e 27 parques verdes e de merendas associados aos diversos traçados. Desde a conceção da rede, em 2016, até aos dias de hoje têm surgido contributos significativos das juntas de freguesia e das populações, acrescentando valor à rede e novas pequenas variantes de promoção do território e das populações. Por forma a concretizar a execução dos percursos, orçado em **17.490,50€** (Anexo I), somos a propor a atribuição de apoio financeiro em 50% do valor total estimado, à união de freguesia a que corresponde o respetivo percurso.

Assim sendo, submete-se à consideração do Sr. Presidente, o envio da presente proposta à apreciação do Executivo Municipal, para que este delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº1 do artigo 25º, ambos da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a atribuição dos seguintes apoios:

- à União de Freguesias de Merelim S. Pedro e Frossos, o valor de **8.745,25€** (oito mil setecentos e quarenta e cinco euros e vinte e cinco cêntimos de euro), aos quais acrescem IVA;

Braga, 27 de agosto de 2024

O Vereador,

Altino Bessa, Engº

## PROPOSTA

A Feira Franca de Tadim, assume elevado destaque no calendário de atividades da freguesia pela dimensão que vem ganhando ao longo dos anos. Alicerçado na cultura popular e nas tradições o momento conta com a participação de milhares de visitantes, oriundos de vários locais.

A preservação das tradições com um conjunto de atividades ligadas à pecuária, são momentos que se destacam por entre todo o programa das Festas em Honra de S. Bartolomeu e Santo Antonio, na qual a Feira Franca está integrada.

O envolvimento da Junta de Freguesia de Tadim na organização do evento, por toda a sua dimensão história e enquadramento social, vai ao encontro da política de promoção da cultura popular, das tradições e do Mundo Rural que o Município de Braga tem levado a cabo nos últimos anos.

Assim sendo, submete-se à consideração do Sr. Presidente, o envio da presente proposta à apreciação do Executivo Municipal, para que este delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art.º 25º, e do nº 1, do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a atribuição do seguinte apoio:

- À Freguesia de Tadim, o valor de **3.000,00€** (três mil euros);

Braga, 29 de agosto de 2024

O Vereador,

Altino Bessa, Engº

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

**ASSUNTO:** ALARGAMENTO DO PARQUE INFANTIL DO PARQUE DE LAZER DE GERIZES – MERELIM (S. PEDRO)

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **MERELIM (S. PEDRO) E FROSSOS** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para o **Alargamento do parque infantil do Parque de Lazer de Gerizes – Merelim (S. Pedro)** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **32 036,17€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de MERELIM (S. PEDRO) E FROSSOS no valor de 32 036,17€ (trinta e dois mil e trinta e seis euros e dezassete cêntimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2024, um valor de 32 036,17€ (trinta e dois mil e trinta e seis euros e dezassete cêntimos).**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União de Freguesias de **MERELIM (S. PEDRO) E FROSSOS**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **MERELIM (S. PEDRO) E FROSSOS**.

Braga, 4 de setembro de 2024

Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*



## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

**ASSUNTO:** CONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE NA VALA DA AV. SENHORA DA CONCEIÇÃO – SOBREPOSTA

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **SOBREPOSTA** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Construção de muro de suporte na vala da Av. Senhora da Conceição** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **84 348,20€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

#### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de SOBREPOSTA no valor de 84 348,20€ (oitenta e quatro mil, trezentos e quarenta e oito euros e vinte cêntimos)** de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) Em 2024, um valor de 84 348,20€ (oitenta e quatro mil, trezentos e quarenta e oito euros e vinte cêntimos)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **SOBREPOSTA**

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **SOBREPOSTA**.

Braga, 4 de setembro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*